



**MUNICÍPIO DO PORTO SANTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**OBRAS INACABADAS**  
(Artigo 88.º do RJUE – Licença especial para a sua conclusão)

<b>Registo de Entrada</b>
Entrada N.º _____
Em: ____/____/____
O Func. _____

**Exmo. Senhor**  
**Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo**

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
Nome _____
NIF/ NIPC _____ BI/CC _____ emitido em _____ válido até ____/____/____
Morada _____
Código postal _____ - _____ Freguesia _____ Concelho _____
Contacto _____ E-mail _____
Na qualidade de (a) _____, conforme documentos comprovativos que anexa:
<input type="checkbox"/> Código de acesso à certidão do registo comercial _____
<input type="checkbox"/> Código de acesso à certidão permanente do registo predial _____

OBJETO DO PEDIDO
Vem, ao abrigo do disposto no artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, requerer a V. Exa. que lhe seja concedida uma licença especial/admitida a comunicação prévia, pelo prazo de _____ dias/meses para conclusão de obras de:
<input type="checkbox"/> Obras de construção <input type="checkbox"/> Obras de demolição <input type="checkbox"/> Operação de loteamento
<input type="checkbox"/> Obras de reconstrução <input type="checkbox"/> Obras de urbanização <input type="checkbox"/> Trabalhos de remodelação de terrenos
<input type="checkbox"/> Obras de alteração
Iniciadas a coberto do alvará de licença/admissão de comunicação prévia n.º _____, emitido em _____, e que não foram concluídas em virtude de _____
Do processo n.º _____

(a) Proprietário, arrendatário, usufrutuário, locatário, superficiário, mandatário ou outra.

Declaro, ao abrigo do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, que dou o meu consentimento de forma livre, específica e informada, para a recolha e tratamento dos dados recolhidos por parte do Município do Porto Santo, podendo os mesmos ser acedidos por outras entidades, sempre que necessário, no âmbito de todas as atividades de tratamento, e manutenção de aplicações informáticas solicitadas pelo Município.

Pede deferimento

O Requerente

Porto Santo, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ELEMENTOS PARA INSTRUÇÃO DO PEDIDO

Assinalar no quadrado em branco os elementos apresentados com o requerimento

### Documentos de identificação:

- Fotocópia do BI/ CC
- Fotocópia do Cartão de Contribuinte

### Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação:

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos ou código da certidão permanente;
  - Certidão da Conservatória do Registo Comercial, caso o requerente seja uma pessoa coletiva ou código da certidão comercial permanente;
  - Ata da assembleia de condomínios, aprovado por maioria representativa de dois terços do valor total do prédio ou declaração individual de dois terços dos condomínios, no caso de obras de alteração que modifiquem a linha arquitetónica ou o arranjo estético do edifício, em conformidade com o artigo n.º 1422 do Código Civil;
  - Ata da assembleia de condomínios aprovada por unanimidade ou declaração individual de cada condomínio, no caso de alteração do destino da fração previsto no título constitutivo da propriedade horizontal, em conformidade com o disposto no n.º 1 do 1419º ou n.º 5 do artigo 1432º, do Código Civil;
  - Outras autorizações que sejam devidas (senhorio / usufrutuário / comproprietários, etc.)
- 
- Levantamento fotográfico para verificação do “estado avançado de execução das obras”.

### Documentos de Empreiteiro de obras públicas:

- Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I.P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar;
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de setembro.

### Peças escritas atualizadas:

- Termo de responsabilidade do diretor técnico da obra;
  - Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional;
  - Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho
  - Memória descritiva e justificativa das **obras a concluir**;
  - Estimativa do custo das **obras a concluir**;
  - Calendarização da execução das **obras a concluir**;
- 
- Livro de obra;
  - Plano de segurança e saúde.

### Outros elementos:

- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

As falsas declarações ou informações prestadas no seu preenchimento, integram o crime de falsificação de documentos, nos termos do artigo 256º do Código Penal.